



## **O DEBATE AMAZÔNICO NA BNCC: A FRONTEIRA NO ENSINO DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE.**

Edlayne Alves de Oliveira <sup>1</sup>  
Universidade Federal do Maranhão- UFMA  
[edlayne.oliveira@discente.ufma.br](mailto:edlayne.oliveira@discente.ufma.br)

Rogério de Carvalho Veras <sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão- UFMA  
[rogerio.veras@ufma.br](mailto:rogerio.veras@ufma.br)

### **RESUMO**

Previsto ainda na constituição de 1988, o documento da Base Comum Curricular (BNCC) de 2017, alcançou 100 % de implementação no estado do Maranhão em 22 de dezembro de 2021. O texto propõe ser uma base que promova a unificação do currículo escolar, tornando-o assim capaz de abranger de forma mais coletiva o que seria a base educacional no país. Destacamos a presença do território que aqui nomeamos de Amazônia Maranhense e que geopoliticamente é chamada de Amazônia Legal, ela corresponde à 181 municípios dos 217 correspondentes ao estado do Maranhão. Apontamos o conceito de “fronteira” debatido por José de Sousa Martins (2019), que a propõe como espaço de degradação do “Outro”. Nesse sentido, também apontamos a invisibilidade da Amazônia Maranhense nos currículos formais. Acreditamos que o currículo nacional pode ser ainda mais debatido e suas limitações superadas, pelos espaços de discussão e de fala dessas temáticas da fronteira no ensino de História.

**Palavras-chave: Amazônia Maranhense, Fronteira, BNCC**

### **1. A que espaço se refere a Amazônia Maranhense**

O território que denominamos por Amazônia Maranhense supera o conceito geopolítico do senso comum que estrutura o território amazônico como apenas pertencente a região norte do país. Mas utilizando dessa estrutura geopolítica de delimitação regional, utilizamos como base para noção da Amazônia Maranhense, a chamada Amazônia Legal, espaço que concentra no Maranhão, características geográficas atribuídas à Amazônia.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História, Programa de Mestrado Profissional em História-PROFHISTORIA- Universidade Federal do Maranhão- UFMA

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis-SP (2018). É professor do Mestrado Profissional em Ensino de História (UFMA/ São Luís-MA), do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFMA/ Imperatriz MA) e do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia (UFMA/Imperatriz-MA)



Dessa mesma forma, esta região liga-se à Amazônia por aspectos de formação histórica, de identidade, de costumes e culturas, com muita influência no cotidiano e memória coletiva da sociedade local, inclusive relacionada à sua fundação e aos diferentes ciclos econômicos vivenciados pela região.

De acordo com Neves, (2008, p.2):

A construção de uma localidade, por ser atividade de um grupo humano, envolve: constituição de articulações sociais (interatividade e complementaridade); de identidade cultural (sentimento de pertencimento); de especificidade do político (representações, instituições); e de conexão entre as diferentes escalas da organização social (família, classe e intercâmbios extra grupais).

Nesse sentido, o conceito de região constitui um território de sociabilidades, um lugar montado a partir das relações entre os sujeitos. Dentro desse espaço são definidas permanências, rupturas e territorialidades, reunindo neste conceito noções de construção simbólica de uma especificidade, tendo como elementos principais os indivíduos e suas vivências, elementos culturais, conflitos ou concessões e, por fim, territórios de delimitação administrativa.

De acordo com Bezzi (2002, p 17).

a região é a apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo o qual é também um elemento constitutivo da identidade regional, está representada por códigos e significações que são vivenciadas de forma cotidiana pelos indivíduos, produzindo, assimilando e reproduzindo seu próprio dinamismo de acordo com a sociedade global

Além da influência histórica e cultural da população nativa da região, o território amazônico sofre com a constante exploração, por apresentar muitas riquezas e despertar muito interesse. O estudo da Amazônia Maranhense é muito importante, considerando que ela constitui maioria no território denominado CEB (Centro de Endemias Belém). De acordo com a notícia veiculada pelo portal Diálogo Florestais, esse território corresponde ao mais demograficamente ocupado e com maior concentração de riqueza.

O Centro de Endemismo Belém compreende uma área com 128 municípios, sendo 62 deles no Pará e 85 no Maranhão. É considerado o



território mais rico de biodiversidade da Amazônia. Entretanto, também é o mais ameaçado: 70% da biodiversidade da região já foi suprimida para estruturação das cidades. “Das espécies ameaçadas da Amazônia, 42 são endêmicas desse sistema. Há apenas uma área de conservação e pequenas reservas florestais em toda a extensão”, conta a engenheira agrônoma Thiara Fernandes, do Instituto Peabiru é uma das participantes da transmissão do Diálogo Florestal. “É necessário que exista um esforço para a manutenção e preservação desse território”, salienta. A pesquisadora Marlúcia Martins, do Museu Paraense Emílio Goeldi, também foi uma das convidadas da live e destacou que, além de espécies que podem ser apenas encontradas no território, o Centro de Endemismo Belém ainda possui características ecológicas particulares. “É nesta região onde começou a ocupação humana na Amazônia e é a área mais densamente povoada da Amazônia. Ao mesmo tempo que reúne características biológicas importantes, também é fundamental no entendimento das relações humanas com a Amazônia”, sinaliza. (FERREIRA, 2020).

No entanto, uma série de implicações acabam por lançar questionamentos no que diz respeito ao avanço nas discussões ou retrocessos. Dentre essas implicações destacamos a presença do território que aqui nomeamos de Amazônia Maranhense e que geopoliticamente é chamada de Amazônia Legal, ela corresponde à 181 municípios dos 217 correspondentes ao estado do Maranhão. Não interpretando somente o espaço geopolítico como também a influência do cotidiano, das vivências e da memória coletivas que constantemente são demonstradas por nossos alunos, que são caracterizados por serem indivíduos que vivenciam a região.

Inúmeras foram as iniciativas de ocupação da Amazônia, desde o processo de colonização, de expansão colonial, de exploração de drogas do sertão, de madeira, de minério, de borracha, o estabelecimento de colônias, entre outras até os dias atuais.

Caracterizar a Amazônia Maranhense como fronteira, espaço de convergência, assim como de embate com o “Outro”, está diretamente ligado aos estigmas, imaginários e discursos que foram construídos sobre a Amazônia no Brasil. Um desses discursos, o de “terra de promessa”, citado por Cesco e Lima (2018), demonstra bem as relações traçadas a partir das ideias que colocavam a Amazônia brasileira como um território de progresso em potencial, o chamado “Ouro Verde” e ou “Deserto Verde”, expressões que reúnem a concepção de local de muitas riquezas e com amplas áreas a serem ocupadas.

Diversas frentes de ocupação amazônicas foram implementadas por governos nacionais, desde o século XIX até os dias atuais, passando pelo período da ditadura do



presidente Vargas, e da ditadura militar na década de 70, quando a Amazônia passou a ter as suas fronteiras vigiadas pelo plano de segurança nacional de proteção de fronteiras, neste caso, fronteiras físicas. Ao longo desse espaço temporal, as iniciativas de colonização, expulsão dos indígenas, ocupação agrícola e de ligação da “isolada” Amazônia ao resto do território foram muitas. (CESCO E LIMA, 2018).

Já a frente de expansão maranhense acabava por vir do nordeste do Brasil, alegando que as terras de “cá”, eram mais fortes e férteis, e dessa forma os sertanejos ocupavam terras devolutas, ou as chamadas “terras livres”. Nesse território que corresponde a uma parte dessa Amazônia maranhense, ocupada pelos sertanejos nordestinos migrantes, é importante discutir o seu modo de organização, especialmente com a formação das lutas camponesas na região. Segundo Sader (2015 p.71):

O vale conhece uma violência muito grande a partir de meados dos anos 50, que se intensifica na década seguinte, sofrendo grandes transformações, que implicam no fracionamento do município de Pindaré-Mirim com a criação dos municípios de Santa Luzia, Santa Inês, Bom-Jardim. O aporte importante de populações oriundas de outras áreas do Maranhão e outros estados do Nordeste, expulsas pela valorização crescente das terras situadas a leste e centro-norte do estado, de início segue o padrão original de ocupação. Esse padrão era caracterizado pela importante presença de um campesinato que, no Maranhão, teve condições de desenvolvimento em virtude de fatores históricos precisos.

Nas ocupações do território, destaca-se o homem sertanejo, os tropeiros, usineiros, caminhoneiros, boiadeiros pela estrada abarcando e multiplicando os seus espaços de exposição. Participa também desse movimento de alargamento e uso das fronteiras o agronegócio e os garimpeiros que ocupam esses espaços. Os enfrentamentos são sobretudo referentes à terra, a extração de madeira ilegal, o avanço do agronegócio, dos garimpeiros e posseiros sobre as terras camponesas e indígenas. Nesse ponto, é necessário citar dois casos recentes que exemplificam os estados de conflitos nessas áreas fronteiriças, mas que não são casos isolados.

Todo esse movimento humano, vai contribuir para o desenvolvimento da identidade do indivíduo amazônico. Pensamos nesses indivíduos como “fronteiriços”, de acordo com o conceito de “fronteira” cunhado por Martins (2019).



A definição de fronteira estabelecida por Martins é traçada a partir de uma visão sociológica que denota a fronteira como um lugar de encontro e de conflito, que surge a partir do avanço capitalista sobre as populações e grupos sociais viventes na fronteira. Estas áreas, nas obras de Martins, em sua maioria, são pertencentes a Amazônia, e nesse espaço fronteiriço a exploração do trabalho e a degradação do outro são marcas constantes.

A fronteira é um local de enfrentamento, ao tempo que constitui um elemento essencial para o entendimento e reconhecimento do indivíduo e seu estado de vivência. Entre os muitos conceitos, a fronteira que é comumente vista em movimento, em sua tendência de expansão e de progresso, é também um espaço de estagnação, de esquecimento, mas também de preservação e defesa.

O que nos leva a crer que o melhor entendimento quanto ao conceito de fronteira, se dará por meio do olhar que a ela é aplicado, e a que grupo favorece, nas situações de fronteira. Como é analisada dentro da historiografia, como ela é apresentada à sociedade? Ou mesmo oferecendo a falsa ideia de progresso econômico que avança sobre ela. Não seria a fronteira o limite que constantemente é desrespeitado, criando assim mais fronteiras, muros, abismos sociais?

Pensando sobre isso, é necessário como passo inicial, buscar entender como é possível entender a fronteira, perceber seus indivíduos, observar a forma que a fronteira aparece ao longo da história, que vai para além dos entendimentos que as fundam como o elemento econômico, que é sim peça importante, mas que promove a degradação da natureza e dos indivíduos. O elemento econômico é uma reafirmação do poder, um elemento cultural que acaba por desvalorizar o todo e aqueles sujeitos que não cabem nos padrões e interesses do capital.

Verifica-se que a Amazônia Maranhense constitui um território que carrega consigo o caráter de fronteira que, sobretudo, é marcada pela extrema violência, deixando como opção para os indivíduos fronteiriços o fortalecimento das suas comunidades e a defesa de suas terras.

Dentro deste espaço de conflito, os indivíduos fronteiriços buscam fortalecer elementos identitários para permanecerem fiéis às suas origens e fortalecer sua luta como grupo ou de forma individual. Nesse sentido, um ensino de História Regional e Local, atento às particularidades desse contexto de fronteira, cumpre importante papel.



## 2. A História Regional e Local e o Ensino de História da Amazônia Maranhense.

O trabalho em sala de aula na região pertencente a essa condição nos estimulou a questionar o currículo que utilizamos como normativa na Educação Básica, visto que o mesmo, privilegia a história geral e do Brasil, e pouco contempla a história regional e local. Essa preferência pela história geral se apresenta de forma hierárquica e estabelece processos de relevância.

Há nesta divisão entre o nacional, o regional e o local o reconhecimento de uma derrota e de uma impossibilidade: a derrota das forças políticas e econômicas locais que assumem sua subalternidade e o reconhecimento da impossibilidade do historiador que mora nessas áreas de fazer história nacional ou apenas história, sem mais adjetivos, deixadas para quem seria de direito, aqueles historiadores que vivem no que seriam os centros de produção acadêmica e historiográfica. (ALBUQUERQUE, 2015. p.58).

Todos esses elementos demonstram um tipo de versão engessada da História Regional e Local, Durval Albuquerque destaca esta realidade.

Uma das marcas das histórias regionais e locais produzidas no Brasil tem sido, justamente, esta reprodução automática e acrítica dos recortes espaciais oficializados e oficiais, presentes na documentação ou que, mesmo nela não se encontrando, são anacronicamente e acriticamente trazidos para recortar espacialmente (ALBUQUERQUE, Jr. 2015, p. 47).

As afirmações da citação acima demonstram como a reprodução dos conteúdos feitos de forma repetida e acrítica, por historiadores regionais e locais, reforçam recortes espaciais oficiais, geralmente descontextualizados de sua construção sócio-histórica, possibilitando os anacronismos. É necessário fazer essa relação de construção da história regional e local com a identidade, o sentimento de pertencimento, o que demonstra ser muito importante para os indivíduos.

Dentro da História Regional e Local se torna possível um olhar mais próximo das identidades regionais e étnicas, em contraponto à “identidade nacional” que no mundo pós-moderno se estabelece como identidades “homogeneizadas”, onde lhes é apresentada uma



narrativa histórica única e simplista (HALL, 2006). Alegamos assim que esse conceito de homogeneização, que se apresenta diretamente ligado à globalização, onde a história de um é também a história de todos, não permite a existência ou até mesmo a sobrevivência de determinados grupos, que aqui chamamos de indivíduos de fronteiras.

Isso porque a história homogeneizadora acaba por contemplar grupos que não são familiares ao cotidiano e a vivência desses povos (indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores rurais etc.), contribuindo para o apagamento deles a partir da não exposição da sua história, no que diz respeito ao currículo do Ensino Básico. Nesse sentido, o ensino de História Regional e Local sob o olhar de fronteira possibilita que os estudantes construam identificação com seu lugar, povo, costumes e história, demonstrando como os sujeitos de fronteira são constantemente atravessados por conflitos inerentes das lógicas de degradação do outro no espaço fronteiriço.

### **3. A BNCC e a (não) presença da Amazônia**

Atualmente a Base Nacional Curricular (2017) apresenta propostas que sugerem a produção de História Regional e Local em sala de aula. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens consideradas como essenciais, que todos os estudantes brasileiros têm o direito de desenvolver ao longo da Educação Básica. É um documento técnico e normativo, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e no Conselho Nacional da Educação de 2014.

No capítulo referente à etapa do Ensino Médio na BNCC (2017), as aprendizagens são expressas sob a forma de competências. Elas representam a capacidade dos estudantes de mobilizar, articular e integrar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Os alunos devem, por exemplo, consolidar, aprofundar e ampliar a formação iniciada no Ensino Fundamental, aperfeiçoar a capacidade de relacionar teoria e prática e desenvolver conhecimentos que favoreçam a reflexão.

O texto apresenta um apelo maior às emergências dos grupos sociais, apresentando um discurso mais abrangente e não regulando elementos metodológicos para o desenvolvimento do conhecimento em sala de aula, destaca, inclusive, a presença do



“Outro”, questão fundamental para a análise das relações de fronteira (MARTINS, 2019), que apresentamos neste trabalho.

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Tais relações são pautadas pelas noções de indivíduo e de sociedade, categorias tributárias da noção de *philia*, amizade, cooperação, de um conhecimento de si mesmo e do Outro com vistas a um saber agir conjunto e ético. (BRASIL, 2017, p. 547).

Segue o texto da competência, onde é possível perceber a intenção de desenvolver conhecimentos relativos a questões fronteiriças e da História Regional e Local, como a exploração sobre a forma como são determinadas as territorialidades.

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder. (BRASIL, 2017. p. 561)

Uma das causas da não identificação do discente com as narrativas históricas, se dá pela permanência do ideário de utilizar a História Regional e Local para exaltar os grandes nomes regionais ou mesmo de algumas famílias, um viés bastante utilizado pelo ensino de história tradicional. Cabe aqui ressaltar que não buscamos condenar o uso da história tradicional em sala de aula, esta constitui uma das formas do Ensino de História, busca-se destacar que esta forma de ensino não pode ser vista como única pelo docente em sua prática, uma vez que ela promove o silenciamento de várias outras vertentes de abordagem histórica.

Entendendo que a identidade é plural, não fixa e construída nas relações travadas socialmente, é necessária uma abordagem do ensino de História que compreenda e busque os processos de emancipação de determinado povo ou região, também análise de grupos e etnias, semelhanças e potencialidades de diferentes grupos, pertencimentos social, político e religioso (LEITE, 2015). Esse reconhecimento pode ser realizado pela História Regional e Local de forma minuciosa, permitindo uma vasta análise histórica plural e realista.



Nesse sentido, destaca-se o papel da oralidade na configuração de saberes, mitos e crenças de diferentes grupos sociais e a necessidade de uma reflexão que leve em conta o caráter integrado das histórias locais na história nacional, para que também possam ser compreendidas em suas articulações com a história do mundo, ou seja, admitindo em ambos a relação intrínseca que os constitui, mas sem negar a importância de herdar as particularidades de cada um.

Observa-se, então, a importância de promover o exercício de consciência histórica, conceito do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (2001 p.78, 79), que diz que “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens”.

Isto significa que a partir da história do “lugar” e/ou de seu povo, e em entender sobretudo a Amazônia Maranhense, no que concerne em ser um espaço de práticas e vivências de diversos grupos humanos nela inseridos (desde os aspectos naturais até relações econômicas, culturais, familiares, de exploração e condições de sobrevivência dos grupos humanos).

Assim, também apontamos que a invisibilidade da Amazônia maranhense nos currículos formais reforça as possibilidades de construção de conceitos sobre uma determinada região que a limita aos preconceitos construídos sobre ela. Entendemos que iniciativas de ensino de história voltadas às vivências destas populações de fronteira, promovem a aproximação do indivíduo de sua identidade, fortalecendo-a e promovendo a consciência histórica.

O benefício que se projeta alcançar com a feitura deste trabalho está na ampliação da forma de se explorar o ensino de História Regional e Local na prática cotidiana de professore(a)s atuantes na Amazônia Maranhense, oportunizando o desenvolvimento de materiais didáticos, bem como de narrativas menos privilegiadas, a serem ouvidas e ou pesquisadas, além de operar uma crítica a característica generalista que a BNCC assume no que se refere a discutir o território amazônico.

Compreendendo a história como um campo de possibilidades, narrativas e como processo de identificação, a História Local permite aos educandos uma proximidade com elementos do cotidiano, da vivência própria de sua região. Ademais, é necessário à



consciência histórica articular o espaço entre o ponto onde estamos, reconhecido como cidade, e a fronteira da ideia de nação que, em geral, encontra-se como “espaço vazio” a ser preenchido pela identificação histórica.

Assim, como destaca Machado (2014, p. 27):

Pensar em estudo regional implica analisar uma singularidade na totalidade, estabelecendo relações entre o micro e o macro, para não cometer o erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos, construindo estereótipos sociais. Com isso, o aspecto limitante da abordagem reside na construção fragmentada dos acontecimentos, que impedem uma visão crítica das relações sociais e qualquer tipo de síntese histórica.

Para isso, o ensino de História Regional e Local propõe um espaço de ação. É fundamental para o resgate histórico das culturas, para a preservação da mesma e para o fortalecimento da identidade dos discentes. É também garantida pela LDB nº 9.394/96 que elementos regionais e locais da sociedade e da cultura sejam enfatizados no currículo do Ensino Médio.

Em sua parte diversificada, a lei “sugere” a observância e a utilização de elementos dessa natureza por possuir significação para os discentes. Dispositivo este que demonstra fragilidade ou desatualização da lei, pois apenas faz a “sugestão” do uso da História Regional e Local em sala de aula. A crítica que tecemos neste ponto se dá por entender a crescente realização de pesquisas nas ciências sociais e a busca por compreender o “espaço” local/regional para além da perspectiva geográfica. Assim a História Regional e Local tem ganhado cada dia mais complexidade e importância nas investigações, fundamentando a necessidade de se implementar essa abordagem de ensino em toda sua potencialidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem histórica pelo viés da História Regional e Local favorece à promoção da Memória e à construção de identidades culturais de maneiras mais solidárias, porque também permite os elementos de valorização histórico-cultural, com seus modos de fazer e cometimentos coletivos. Sendo assim, esta perspectiva pode ser replicada nas



mais diversas realidades de fronteira sociocultural existentes no nosso país, sem descuidar do fato de reservarem a cada particularidade as diversidades que o constroem.

Para nós, foi necessário investigar sobre a Amazônia Maranhense e quanto à fronteira e os embates que acontecem na mesma, movidos sobretudo pelas questões econômicas e pela exploração das riquezas. Muito ainda é possível verificar, analisar, modificar, produzir, tanto na aplicabilidade do debate sobre fronteira em sala de aula, quanto ao conhecimento dos indivíduos que vivenciam a Amazônia Maranhense, na intenção de fortalecer a Consciência Histórica dos indivíduos sobre sua prática, sua vivência, seu pertencimento.

A escola consiste em ser uma instituição que promove a transformação social, e para isto também é importante pensar no currículo escolar na sua aplicação e analisá-lo como um espaço de disputa, e quanto melhor for pensado e discutido o currículo, melhor poderão ser abordadas questões de ordem política e ideológica, entre opressores e oprimidos, temas que costumam incomodar.

Por conta disto, criticar, questionar e localizar brechas na normativa apresentada pela BNCC é necessário para a construção de um ensino de História combativo e representativo, com objetivo de fortalecer as identidades dos sujeitos fronteiriços. É necessário que os professores de história se preocupem em problematizar o currículo.

Portanto corroboramos as discussões quanto aos limites da abordagem do currículo nacional, e o que pode ser ainda mais debatido e implementado no currículo de forma a torná-lo mais próximo ao seu diverso público de estudantes. Dessa forma, acreditamos que essas limitações podem ser superadas, e que as frentes de reivindicação pelos espaços de discussão e de fala dessas temáticas devem ser discutidas tanto nos espaços acadêmicos como também ser uma preocupação do ensino de história.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. “Um quase objeto, algumas reflexões em torno da relação entre história e região”. In: DE ANDRADE LEAL, Maria das Graças;



FARIAS, Sara Oliveira (Org). *História Regional e Local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino*. Salvador. EDUNEB, 2015.

ALMEIDA, Deusni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contrastes: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA / Deusni Lopes Almeida**. São Luís, 2012.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região como foco de identidade cultural**. Geografia, Rio Claro, vol 27 (1): 5 a 19, abril de 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/1732/5243>. Acesso em: 02.06.2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 07/05/2022.

Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Alteração no Art. 26 da LDB de 1996**. Brasília (DF), abril/2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 07/05/2022

CESCO, Susana, LIMA. Eli Napoleão de. Terra da promessa: Colonização e natureza na História Amazônica. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol 11, n.2, ago-dez, 2018.

Disponível em: <http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras>. Acesso em: 17 jul 2021.

FERREIRA, Juliana. **Centro de Endemismo Belém: desafios e diálogo** SET 9, 2020, Disponível em: <https://dialogoflorestal.org.br/centro-de-endemismo-belem-desafios-e-dialogo> Acesso em 8 nov 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

LEITE, Fernando Eudes. Percursos, Linhagens e (RE) construção do campo histórico. In; LEAL, Maria das Graças de Andrade Leal; FARIAS, Sara Oliveira. **História Regional e Local III; Reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino- Salvador: EDUNEB, 2015**

MACHADO, Ironita P. **História Regional em Sala de Aula** [recurso eletrônico], Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2014. Acesso em: 12 mai 2023. disponível em: [https://www.academia.edu/33873180/Historia\\_Regional\\_em\\_sala\\_de\\_aula\\_pdf](https://www.academia.edu/33873180/Historia_Regional_em_sala_de_aula_pdf).



MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. Ed.4. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e região: Tópicos da História Regional e Local**. Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.-out. 2008.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SADER, R. Migração e Violência - **O Caso da Pré-Amazônia Maranhense**. **Terra Livre**, [S.l.], n. 6, 2015. Disponível em:  
<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/76>.  
Acesso em: 6 mai. 2023.